PROJETO DE LEI Nº..... DE 2003.

(Do Senhor Paes Landim)

Altera dispositivos da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989 (Lei de Greve).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 7º da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo os relacionais obrigacionais durante o período, inclusive pagamento do tempo parado, a reposição deste e retorno ao trabalho ser regidos pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho ou outra que for competente.”

Art. 2º - O art. 14 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 - Constitui abuso do direito de greve a inobservância das normas contidas na presente lei ou que causar:

I – desatendimento da população inteiramente, por todo ou parte do tempo de paralisação, assim considerada a não manutenção da

atividade, no mínimo em 50% (cinquenta por cento), dos serviços e atividades mencionados no art. 10;

II – a paralisação após celebração de acordo, convenção ou decisão judicial ou contra seu cumprimento;

III – paralisação na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa, ressalvado o disposto no § 1º;

IV – prática de invasão ou danos a imóvel, patrimônio, bens públicos, do empregador ou de terceiros;

V – utilização de armas ou instrumentos de agressão pelos grevistas;

VI – ofensa ou agressão a pessoas físicas ou jurídicas;

VII – perturbação da ordem pública;

VIII – risco à incolumidade de pessoas ou da sociedade.

§ 1º - Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que:

I – tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição;

II – seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

§ 2º - Constitui justa causa para rompimento da relação de trabalho a participação ou realização de greve declarada abusiva pelo Poder Judiciário.

§ 3º - É dever do Ministério Público e direito de parte diretamente interessada ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica ou jurídica ou ação declaratória para julgamento de abusividade de greve.

§ 4º - Ajuizada a medida judicial prevista no § 3º, o presidente do tribunal ou o juiz-relator, se pedida, poderá conceder liminar, de cuja decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, em 8 (oito) dias, para a câmara, turma ou seção competente a que couber o julgamento final.

§ 5º - O julgamento da abusividade poderá anteceder a decisão de demais pedidos sobre os quais versar a ação proposta.

§ 6º - Julgada abusiva a greve, o sindicato, associação, instituição ou pessoas que a deflagraram serão condenadas nas custas judiciais e honorários advocatícios.

§ 7º - Mesmo não considerada abusiva a greve, respondem pela infração do disposto nesta lei ou a outros delitos que praticarem na preparação, durante ou depois da paralisação, relacionados ao movimento grevista.”

Art. 3º - O artigo 16 da Lei nº 7783, de 28 de junho de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único – Na inexistência da lei de que trata este artigo, será aplicada a presente lei, no que couber, à greve nos serviços públicos, cabendo seu julgamento à justiça competente para decidir matéria relacionada ao órgão ou entidade a que pertencerem os servidores envolvidos na paralisação.”

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Como redigida a Lei nº 7.783/89 não regulamenta a greve nos serviços públicos, nem define a justificção competente para seu julgamento, pois só menciona a Justiça do Trabalho.

Também, não define a lei critérios e ocorrências que caracterizam a abusividade de greve, deixando em dificuldades os juízes ou sujeitos a entendimentos subjetivos e pessoais.

E ainda: a lei é aberta, não fixando sanções pela prática de greve abusiva e, mais uma vez, deixando em dificuldade e em entendimento subjetivo os tribunais. Ao não fixar sanções, se torna inócua.

São falhas e vazios legais que ensejam greves imotivadas, intermináveis, violentas e ofensivas à sociedade, à ordem pública, ao patrimônio e à integridade física de pessoas e instituições.

Este projeto objetiva a correção das lacunas na atual lei.

Sala da Comissão, em 19 de março de 2003.

Deputado **PAES LANDIM**